

SANTOS, Luiz Gustavo Alves Lemos dos*
<https://orcid.org/0009-0002-7633-5758>

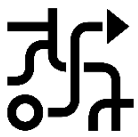
Transcorridas duas décadas desde a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que institui a inclusão obrigatória da temática “História e cultura afro-brasileira” nos currículos de todas as instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, abrangendo desde o ensino fundamental até o ensino médio, a norma emergiu como elemento catalisador de uma política educacional destinada a fomentar a diversidade cultural e a efetivar uma abordagem educativa fundamentada nas relações étnico-raciais nas escolas.

Nesse contexto, a reflexão sobre decolonialidade emerge como um impulso substancial para a reavaliação dos cenários políticos, sociais e históricos da América Latina, assim como das estruturas de poder e conhecimento remanescentes do antigo sistema colonial que, embora tenha desmoronado ao longo do século XIX, tem ramificações cuja influência é palpável nos currículos escolares contemporâneos.

Neste livro, Bárbara Carine Soares Pinheiro, conhecida nas redes sociais como “intelectual diferente”, se define em suas próprias palavras como “[...] mulher negra nordestina, de ascendência materna quilombola do Mocambo dos Negros, nascida e criada em Salvador: ‘uma intelectual disruptiva, de origem favelada’ [...]”, (PINHEIRO, 2023, p. 19). Ao identificar a carência de representatividade negra nos ambientes educacionais em Salvador, a cidade mais negra do mundo fora do continente africano, ela decidiu criar uma escola para sua filha, Iana, que contemplasse com o seu projeto pedagógico antirracista e emancipador famílias negras e não negras que acreditavam e lutavam por um mundo livre de opressões estruturais

A Escola Afro-brasileira Maria Felipa, pioneira no Brasil ao ser registrada em uma Secretaria de Educação como uma instituição afro-brasileira regular, leva o nome de uma mulher negra, Maria Felipa de Oliveira, que participou da guerra da Independência do Brasil na Bahia, em 1823, e que, de acordo com Eny Farias, viveu uma história singular na Ilha de Itaparica, na Independência do Brasil. A dimensão

* Possui licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Câmpus de Assis (2018). Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (2024). Atualmente é aluno do Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).



simbólica das lutas nas quais participou, criou estratégias, ironizou situações, tornou sua memória uma ressignificação do presente e proposta para contribuir na transformação do futuro (FARIAS, 2010, p. 53).

A criação da instituição Maria Felipa é resultado da experiência da autora ao longo de mais de uma década na formação de educadores e de sua vivência como fundadora e gestora. A obra visa destacar caminhos comuns para uma educação centrada nas relações étnico-raciais.

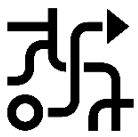
A construção de uma educação alinhada a esses parâmetros demanda a análise e o debate sobre os currículos escolares: é preciso repensá-los. Veruska Azevedo (2020) denuncia, sobretudo, os currículos de história, como reveladores de uma “racialização das vidas negras e indígenas” (Azevedo, 2020, p. 146), que, ao longo da história do Brasil, os destituiu do “estatuto de corpos pensadores e fazedores de cultura” (AZEVEDO, 2020, p. 146).

Com uma escrita envolvente, Bárbara Carine convida os leitores a refletir sobre como se tornar um educador antirracista, levantando questões sobre a branquitude nos espaços de poder e o mito da democracia racial, baseando-se em suas experiências e no reconhecimento dos desafios enfrentados, nos progressos diários alcançados e na interação entre corpo docente, gestão, equipe administrativa, de apoio e as crianças da escola.

Para a autora, na difusão de uma educação antirracista, “[...] todas as pessoas que atuam no interior de uma escola são educadoras e precisam ser formadas [...]” (PINHEIRO, 2023, p. 25) e não apenas o corpo docente. O aspecto da formação, nesse sentido, é importantíssimo para qualquer escola que se propõe ser antirracista, formação essa que se realiza no âmbito do letramento racial, sobre questões de gênero, classe, sexualidade, sobre infância, sobre afetividade e sobre a Base Nacional Comum Curricular, a BNCC.

A formação de professores para a promoção de uma educação antirracista consiste num desafio pois os cursos iniciais de formação de professores, de pedagogias e licenciaturas no Brasil ainda não cumprem esse papel, mesmo passadas duas décadas da implementação da Lei nº 10.639.

Além de formar os profissionais da escola, as ações antirracistas que foram desenvolvidas levaram os envolvidos na fundação da escola a pensar em uma campanha publicitária que envolvesse majoritariamente crianças negras e a contratar



peças negras para o corpo de profissionais, principalmente para os espaços de poder da escola, como direção, coordenação etc., a fim de que as crianças se vissem ali representadas e compreendessem que pessoas negras podem estar em quaisquer espaços sociais.

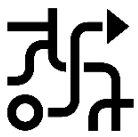
Outro ponto importante na obra é a descrição da estruturação de um calendário decolonial, não eurocentrado, para dar conta das festividades escolares, destacando a importância de datas comemorativas de base indígena e africana também. O currículo e a organização didático-pedagógica da escola procurou valorizar bastante a cultura africana, afrodiaspórica e indígena.

A proposta da autora está alinhada com a discussão levantada pelo historiador argentino Francisco Ramallo (2016, 2017), que destaca em seus estudos a ciência histórica e seu ensino como instrumentos potencialmente eficazes para auxiliar na desnaturalização da colonialidade, seja ela de poder, saber, ser ou gênero. Essa abordagem busca desenvolver a compreensão de que outras narrativas e realidades são sempre possíveis.

Carine nos leva a refletir, como educadores, que em nossas práticas antirracistas não devemos “[...] abordar em sala de aula a cultura africana, afro-brasileira e indígena apenas pela obrigatoriedade legal, mas sim pela consciência de reparação histórica [...]” (PINHEIRO, 2023, p. 82), afinal, embora a legislação seja crucial para assegurar a implementação dessas práticas, é a consciência histórica que deve prevalecer para promover uma transformação social profunda.

Ao longo do livro, Bárbara Pinheiro defende que o educador antirracista é, acima de tudo, um indivíduo consciente de si dentro dos sistemas de opressão que estruturam a nossa sociedade, sendo aquele sujeito que em uma sociedade estruturalmente racista, compreende que não há como fugir psicologicamente desse mal que deve ser destruído em suas raízes históricas. A autora sugere que embora seja um problema estrutural, o racismo deve ser combatido por nós mesmos, enquanto indivíduos, a partir de denúncia e conscientização no meio em que estamos inseridos.

Além disso, nesta publicação a autora destaca o papel da escola como o espaço de formação humana por excelência, sendo um “[...] complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social [...]” (PINHEIRO, 2023, p. 147) que deve, por sua vez, ser forte aliado no enfrentamento das opressões



estruturais, fundamentalmente o racismo. A escola deve firmar o compromisso de ser antirracista.

É importante destacar que a obra de Pinheiro está distante de se configurar como mero manual de práticas pedagógicas antirracistas. No livro, a autora destaca a complexidade inerente à decolonização do currículo escolar, delineando-a como um trabalho árduo que exige formação especializada e a disposição de todos os envolvidos. É somente mediante o comprometimento coletivo que escolhas alinhadas com a perspectiva antirracista podem ser efetivadas no ambiente escolar e no cotidiano da escola, permitindo assim a materialização de resultados dessas práticas a longo prazo em nossa sociedade.

Vale ainda ressaltar que a análise da autora não se limita à esfera do corpo docente e membros da equipe escolar. Ela se revela essencial também para os pais, percebidos como agentes educacionais que reconhecem a própria responsabilidade no processo e compreendem a urgência de adotar práticas antirracistas em todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Veruska. A descolonização e a decolonialidade como possibilidades na construção do ensino de história na escola básica. In: ALMEIDA NETO, A. S. de; LOURENÇO, E.; CARVALHO, J. P. F. de (org.). *Ensino de história em tempos torpes: leituras e reflexões*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p.145-169.

FARIAS, Eny Kleyde V. *Maria Felipa de Oliveira: heroína da Independência da Bahia*. Salvador: Quartetto, 2010.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Como ser um educador antirracista*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RAMALLO, Francisco. Curriculum, identidad(es) y didáctica de las otras historias: una mirada de la historia de África y los afrodescendientes en el contexto bonaerense. *XVI Jornadas Nacionales y V Internacionales de Enseñanza de la Historia*. Mar del Plata, set. 2016.

RAMALLO, Francisco. Pedagogías descoloniales en la Didáctica de la Historia. *Estudios de Filosofía Práctica e Historia de las Ideas*, Mendoza, v. 19, p. 1-10, 2017.

Recebido em: 06/02/2024

Aprovado em: 01/11/2024